

A BÍBLIA E OS APÓCRIFOS

por
Salvador Dellutri

Edições Cristãs

© Edições Cristãs – Editora Ltda.

A Bíblia e os apócrifos

Salvador Dellutri

1ª edição brasileira: fevereiro de 2005

2ª edição brasileira: abril de 2009

Tradução: **R. J. A.**

ISBN: **85-7558-037-X**

É proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio, sem a permissão por escrito da Editora.

EDIÇÕES CRISTÃS – EDITORA LTDA.

Caixa Postal 250

19900-970 – OURINHOS – SP – BRASIL

Endereço eletrônico: **edicoescristas@uol.com.br**

Site: **www.edicoescristas.com.br**

ÍNDICE

Introdução

A Bíblia

Inspiração, revelação e iluminação

Teorias acerca da inspiração

O que a Bíblia ensina sobre a inspiração

A Bíblia como autoridade suprema

O cânon

Canonicidade

O cânon do Novo Testamento

O cânon do Antigo Testamento

Os apócrifos

Resenha histórica do período intertestamentário

A Septuaginta

Sumário dos livros apócrifos

Provas da não-canonicidade dos apócrifos

Inclusão dos apócrifos como deuterocanônicos

História posterior

Conclusão

INTRODUÇÃO

Deus tem comunicado Sua vontade aos homens de diversas maneiras: visões, revelações, milagres, sonhos, etc. Mas tem deixado para nossos dias uma forma definitiva de comunicação escrita que são as Sagradas Escrituras, o que nós chamamos “A Bíblia”.

O destino dos homens, a resposta às suas perguntas, o conhecimento da vontade de Deus, tudo está escrito neste livro que o Espírito Santo inspirou a homens escolhidos na Antiguidade.

O valor da Palavra de Deus escrita é incalculável e a simples leitura de suas páginas tem sido instrumento eficaz para o Espírito Santo fazer Sua obra.

Constantemente Satanás tem atacado a Palavra de Deus com o intuito de destruí-la ou corrompê-la.

Assim que, apenas concluídos os livros do Antigo Testamento, Antioco Epifanes quis destruir todos os livros sagrados dos judeus, mas foi frustrado mediante a certa ação de Deus, através dos Macabeus. O mesmo aconteceu ao concluírem-se os livros do Novo Testamento. O Imperador Deocleciano exigiu dos cristãos a entrega de seus escritos para queimá-los, mas foi resistido pela Igreja.

Durante a Idade Média, a Bíblia foi inacessível para muitos e a maior parte dos desvios do Cristianismo que hoje ainda persistem nasceu nesta época de obscurantismo.

Nos séculos XV e XVI, com a invenção da imprensa com tipos móveis, o povo teve acesso à Bíblia e se produziu a Reforma Religiosa, que comoveu a Europa.

Estes ataques diretos de Satanás à Palavra de Deus foram acompanhados de outros, mais sutis, mas não menos perigosos: o desvirtuamento da Palavra de Deus.

Em muitos casos, o ataque se manifestou por subtração: A Bíblia, mas não toda a Bíblia. E os movimentos racionalistas do século XIX influenciaram nos teólogos do liberalismo e da neo-ortodoxia, perturbando a fé de muitos.

Na segunda metade do século XX recrudesceram estas manifestações indiretas e sutis de atacar a Palavra de Deus e isto deve motivar o povo de Deus a batalhar **“diligentemente pela fé que uma vez por todas foi entregue aos santos”** (Judas 3) porque: **“Destruídos os fundamentos, que pode fazer o justo?”** (Salmo 11.3).

A BÍBLIA

Temos que começar com algumas definições que são importantes para fundamentarmos o tema que nos ocupa.

O primeiro termo a analisar é a palavra “Bíblia”. Esta é uma palavra derivada do grego “biblos”, que significa “livro”. Israel, o povo de Deus na Antigüidade, já era conhecido como “o povo do Livro” e também os crentes são chamados assim por seu apego à Palavra de Deus escrita. Não é estranho, pois, que o livro sagrado fosse chamado de “o Livro” e, por conseguinte, que se universalizasse a palavra “Bíblia” para designar a revelação de Deus.

Também se designa como “Sagradas Escrituras” ou “as Escrituras” (Marcos 12.10; Mateus 22.29). Mas o nome mais importante é, sem dúvida, “a Palavra de Deus” (Romanos 10.17; 2ª Coríntios 2.17; Hebreus 4.12), o que define categoricamente o livro como a expressão da vontade de Deus escrita para os homens.

Simplificando o propósito da Bíblia, diríamos que ela foi escrita com três finalidades:

1- *Conhecemos a Deus* – o que implica no conhecimento do Seu caráter, que só pode ser conhecido através da Revelação.

2- *Conhecemos o plano da Redenção de Deus* – (Hebreus 9.26; 1ª Pedro 1.18-21).

3- *Conhecemos os princípios que Deus quer que Seus filhos sigam na vida* (2ª Timóteo 3.16-17).

Deus rejeitou a tradição humana e o arrazoado humano contaminados pelo pecado e encontrou a nascente do testemunho escrito, cujo valor foi reconhecido desde o tempo dos patriarcas (Jó 19.23). Deus utilizou homens, que foram usados pelo Espírito Santo, como instrumentos para escrever este livro.

INSPIRAÇÃO, REVELAÇÃO E ILUMINAÇÃO

Duas palavras são usadas para designar a maneira como o Espírito Santo transmitiu a verdade de Deus: Inspiração e Revelação.

Inspiração: A palavra aparece em 2ª Timóteo 3.16 e é composta de duas palavras gregas: “theos” e “pneim” e significa “inspirada por Deus”. A inspiração implica um ato consciente e

potente de Deus que exerce Sua influência nos homens escolhidos para que, sem perderem suas características literárias, fossem infalíveis na transmissão da verdade.

Em 2ª Pedro 1.21, nos é explicado o processo: **“Nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens santos falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo”**. O texto está na voz passiva, indicando que os homens foram instrumentos do Espírito Santo e escreveram a Palavra de Deus de maneira total e infalível.

Em 1ª Pedro 1.10-12 nos é dito como o Espírito Santo agia nos profetas, levando-os a escrever verdades que muitas vezes não chegavam a compreender.

Revelação: Esta palavra significa literalmente “retirar o véu” e designa o ato pelo qual Deus dava a conhecer aos homens coisas que, de outra maneira, não poderiam conhecer. Por exemplo: Moisés escreveu sobre a Criação por revelação e, da mesma maneira, João escreveu o Apocalipse.

Revelação e Inspiração são duas palavras diferentes, mas paralelas. Pela revelação, Deus mostra aos homens escolhidos as coisas que deviam comunicar. Pela revelação, Deus os fez infalíveis na transmissão da verdade ao escreverem.

Esse processo garante a perfeita comunicação da vontade soberana de Deus ao homem.

Resta-nos uma terceira palavra: **Iluminação**, que é a tarefa pela qual o Espírito Santo faz com que o leitor reverente da Palavra de Deus possa compreender o que está escrito. Enquanto que a Revelação e a Inspiração cessaram quando as Escrituras foram totalmente escritas, a Iluminação é uma tarefa que o Espírito Santo continua realizando até o momento presente nos leitores da Palavra de Deus.

Assim o expressa o apóstolo João: **“A Sua unção vos ensina a respeito de todas as cousas”** (1ª João 2.27) e Paulo: **“Nós não temos recebido o espírito do mundo, e, sim, o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente”** (1ª Coríntios 2.12).

TEORIAS ACERCA DA INSPIRAÇÃO

É interessante conhecer algumas das muitas teorias que querem explicar como funcionou a inspiração nos homens que escreveram a Bíblia. Vamos enumerar algumas:

1- Inspiração natural: É a que nega qualquer ação divina na inspiração e atribui o escrito ao gênio, à inteligência e à habilidade dos escritores.

Esta maneira de considerar a inspiração não se diferencia da que podem ter tido os grandes escritores clássicos, mas esta teoria tira toda a autoridade de Deus nas palavras escritas. Cremos que é suficiente fazer menção às muitas vezes que os profetas disseram: **“Assim diz o Senhor”**.

Se a inspiração foi por via natural, os profetas estariam mentindo. O apóstolo Paulo nega a inspiração natural quando diz: **“Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas ensinadas pelo Espírito Santo”** (1ª Coríntios 2.13).

2- Inspiração mecânica: É a que ensina que os escritores da Bíblia agiram como se fossem máquinas, isto é, no momento em que o Espírito estava usando-os, eles perdiam o domínio de todas as suas faculdades e escreviam como se fossem um médium.

Ao considerarmos esta teoria, temos que analisar os estilos literários e isto demonstra que a individualidade de cada um dos escritores foi respeitada. O estilo de Paulo é bem diferente do estilo de João e do estilo de Tiago. O raciocínio de Paulo indica influência da cultura grega, enquanto que o de Tiago apresenta sua formação judaica.

O fato de Deus os inspirar não quer dizer que os anulou; Deus estava usando sua formação particular e os inspirava para que transmitissem a verdade de maneira infalível, mas cada um conservando seu estilo.

A teoria da inspiração mecânica não resiste à análise estilística.

3- Inspiração de conceitos: Entre as teorias modernas e mais perigosas sobre a inspiração encontra-se esta e a que seguirá, denominada Inspiração parcial.

A inspiração de conceitos sustenta que o Espírito Santo comunicou aos escritores tão somente os grandes conceitos do plano de Deus e que cada um, de acordo com a sua capacidade pessoal, os desenvolveu em seus escritos.

Se assim fosse, a Bíblia “conteria” a Palavra de Deus, mas “não seria” a Palavra de Deus. Se a inspiração fosse de conceitos, o fator humano seria determinante e negaria o ensinado em 2ª Timóteo 3.16.

4- Inspiração parcial: Diferencia-se da anterior, embora tenha a mesma orientação, ensinando que somente o que está relacionado com a fé e a doutrina é que foi inspirado por Deus, enquanto que o restante correu por conta do escritor.

Esta teoria dá lugar à negação dos milagres de Deus. Seguindo esta tendência, muitos negam a veracidade da abertura do Mar Vermelho, o livro de Jonas, os milagres do Senhor Jesus Cristo, etc. No entanto, crêem que a Escritura é autoridade quando fala da conduta que o cristão deve seguir.

O perigo desta doutrina está em que ignora o poder de Deus. O Senhor deixou claro que o conhecimento da Palavra deve estar acompanhado da fé que aceita a onipotência de Deus e assim o ensinou aos saduceus quando lhes disse: **“Errais, não conhecendo as Escrituras nem o poder de Deus”** (Mateus 22.29).

O QUE A BIBLIA ENSINA SOBRE A INSPIRAÇÃO

No meio de tantas teorias, muitos podem sentir-se desorientados. Resta indagar à autoridade máxima sobre este tema: a própria Palavra de Deus. Ela é muito clara sobre este assunto e há duas passagens chaves que tratam disso:

a) **2ª Timóteo 3.16** – **“Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça”.**

b) **2ª Pedro 1.21** – **“Nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens santos falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo”.**

O estudo destas passagens nos orienta sobre a participação humana e divina, mas enfatiza os resultados e nos diz que o Espírito Santo inspirou a totalidade da Escritura, isto é, cada uma das suas partes.

Foi assim que o ensinou o Senhor no Sermão do Monte quando disse: **“Nem um i ou um til jamais passará da lei”** (Mateus 5.18). A letra “i” é a menor do alfabeto e o “til” é um traço que diferencia uma letra de outra no hebraico. (N. do E.: A Versão Corrigida diz: **“Nem um jota ou um til se omitirá da lei”**. A letra jota, literalmente “iota” corresponde em nosso idioma ao “i”). O

Senhor utilizou esta hipérbole para ensinar a inspiração de cada palavra das Escrituras.

Se tivéssemos que explicar isto em termos técnicos, diríamos que a inspiração da Escritura foi plenária e verbal.

Inspiração verbal: Significa que o Espírito Santo inspirou cada uma das palavras das Escrituras (Mateus 5.17-18; 26.54; Lucas 24.25; João 5.39).

Inspiração plenária: Quer dizer que toda a Bíblia foi inspirada por Deus e não apenas algumas de suas partes (Atos 1.16; 28.25; 1ª Coríntios 2.10; Hebreus 1.1-7).

Sendo toda a Escritura inspirada por Deus em cada uma de suas palavras, então está isenta de toda imperfeição e erro, como tudo o que Deus faz. Portanto, é infalível, em assunto de fé, de doutrina, de história, de geografia, etc.

Lewis Chafer cita o Dr. Basil Manly que diz: “Isto pode sintetizar-se numa única frase: Toda a Bíblia é verdadeiramente a Palavra de Deus escrita por homens”.

A BÍBLIA COMO AUTORIDADE SUPREMA

Com o máximo cuidado, Deus preparou Seu livro para comunicar Sua vontade aos homens. O fato de termos a Palavra de Deus escrita implica que esta é a suprema autoridade que o homem deve reconhecer da parte de Deus.

Quando a Palavra de Deus fala e se manifesta é em vão que a sabedoria e o raciocínio humano pretendam desvirtuá-la. Ela é autoridade inapelável e unimo-nos aos pensamentos de Paulo quando ele diz: **“Seja Deus verdadeiro, e mentiroso todo homem”** (Romanos 3.4) ou quando na lei é dito: **“Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardéis os mandamentos do Senhor vosso Deus, que Eu vos mando”** (Deuteronômio 4.2).

O Senhor declarou explícita e implicitamente a autoridade das Escrituras. Desde o começo de Seu ministério referiu-se a elas (Lucas 4.16-21) e preferiu a Palavra escrita para enfrentar o tentador (Lucas 4.1-13) e Seus adversários (Lucas 20.17; Mateus 22.31, 43-45), para basear o Seu ensino (João 10.35; Mateus 5.19;

Marcos 10.18-19) e, depois de ressuscitado, aos discípulos de Emaús abriu-lhes as Escrituras (Lucas 24.25).

Os apóstolos foram fiéis a Seus ensinamentos e no livro dos Atos dos Apóstolos os encontramos citando profusamente o Antigo Testamento (2.16-21; 2.252-28; 2.34-36; 4.25-26; 7.42-43; 8.32-33).

Apesar destes exemplos instrutivos, através do tempo a autoridade que cabe à Palavra de Deus tem sido usurpada e sempre com consequências lamentáveis.

A Igreja Católica Romana ensina e impõe que a tradição e a palavra “ex-cathedra” dos papas estão no mesmo nível de autoridade que as Escrituras. Desta maneira, tem introduzido muitas doutrinas contrárias à Palavra de Deus: a Imaculada Conceição de Maria, a Assunção da Virgem, a missão co-redentora de Maria, a intercessão dos santos, etc. Nenhuma destas doutrinas pretende sustentá-las com as Sagradas Escrituras – o que seria impossível – mas as considera tão importantes como o que a Escritura revela (e, na prática, até lhes dá bem mais importância), porque assim o determina a “Santa Madre Igreja” por boca da tradição ou do papado.

A filosofia também influenciou para tirar a autoridade da Bíblia e há correntes teológicas modernas que pensam que a razão humana está por cima da Palavra de Deus ou, em outras palavras, que a Palavra de Deus deve adequar-se ao raciocínio humano para determinar-se se deve aceitar-se como autoridade ou não.

Quando se trata de um milagre, a razão exerce uma compreensível resistência a que se quebre a ordem lógica; entretanto, o admitimos pela fé, porque Deus o diz. Mas, se o raciocínio humano está acima da Palavra, então nega-se o milagre e se lhe atribuem significados alegóricos ou simbólicos.

Muitos, seguindo seu raciocínio, negam que Jonas tenha sido engolido por um grande peixe e ensinam que isto deve ser interpretado como uma alegoria do sofrimento que é consequência da desobediência.

Ensinam também que o Senhor nunca multiplicou os pães e os peixes, mas que, vendo a multidão a boa vontade do rapaz que os ofereceu, cada um tomou uma migalha e deram-se por satisfeitos.

“Nunca houve endemoninhados” – dizem eles –. “Eram simplesmente doentes mentais que o povão (e entre o “povão” colocam o Senhor Jesus), em sua ignorância, cria que estavam possuídos por demônios”.

Seria enfadoso enumerar as aberrações que podem ser ensinadas e que podem ser aceitas quando se coloca o raciocínio humano acima da autoridade da Palavra de Deus. O racionalismo é

uma enfermidade espiritual que menospreza a fé e o poder de Deus.

A Bíblia reivindica e a Igreja do Senhor assume com todas as suas conseqüências que as Sagradas Escrituras são autoridade suprema (Deuteronômio 4.2; 17.18-19; 31.9-13; Romanos 10.17; João 17.17; Hebreus 4.12; Efésios 6.17; Isaías 55.11).

Os pais da Igreja admitem isto sem reservas e citam o Antigo Testamento e os escritos apostólicos como autoridade, introduzindo-os com a frase: “Está escrito”.

Ignácio de Antioquia diz: “Há alguns que diziam: Se não está nos originais do Evangelho não acredito e, quando eu lhes disse: Pois está escrito, então me responderam: Então está resolvido”.

Creemos que esta citação é suficientemente clara para demonstrar que os ensinadores baseavam todos os seus ensinamentos no texto bíblico e que os que eram ensinados exigiam fundamento bíblico dos ensinamentos, o que nos parece muito saudável.

Ao comentar esta passagem, a Igreja Católica, em sua coleção de “Documentos da Igreja Primitiva”, não pode deixar de acrescentar em nota de rodapé: “Eis a Sagrada Escritura usada como arma contra a autoridade da Igreja! E os sectários recorrem à Escritura para desgarrar o corpo de Cristo!” Entretanto, esta nota de rodapé (no que reconhecemos que os comentaristas católicos são mestres para interpretar o contexto exatamente ao contrário do que ele diz) enfraquece a força do seu argumento.

O CÂNON

A palavra “cânon” significa “vara de medir” e é utilizada para designar uma regra de vida ou de doutrina. Neste sentido ela aparece em o Novo Testamento em Gálatas 6.16: **“E a todos quantos andarem de conformidade com esta regra, paz e misericórdia sejam sobre eles e sobre o Israel de Deus”**.

Quando esta palavra é aplicada aos livros da Bíblia significa que estamos falando dos livros reconhecidos como inspirados por Deus.

Ao falar de cânon, designamos os livros da Bíblia em sua totalidade ou por conjuntos. Por exemplo: O cânon do Novo Testamento são os livros do Novo Testamento.

Deriva dela a palavra “canonicidade”, que é a parte da teologia que estuda o direito que têm os livros considerados como Palavra de Deus de serem reconhecidos como tais.

A Igreja não cria o cânon, nem o acomoda ao seu parecer; só pode, guiada pelo Espírito Santo, reconhecê-lo como tal. E o Espírito cumpre a promessa do Senhor Jesus Cristo, quando Este disse: **“Quando vier o Espírito da verdade, Ele vos guiará a toda a verdade”** (João 16.13).

A palavra “cânon” começou a ser usada para designar os livros inspirados nos séculos II e III, mas nos escritos de alguns pais da Igreja é usada em dois sentidos. Em alguns casos, designa apenas os livros inspirados e em outros, todos os escritos ortodoxos, para distingui-los dos heréticos. Assim se explicam muitas contradições de Agostinho de Hipona, que os usava ora num sentido, ora em outro.

A tendência, entretanto, era usá-la no sentido dos livros inspirados e é assim que Irineu, Orígenes e Clemente de Alexandria lhe deram esta única acepção.

CANONICIDADE

Para aceitar um livro como canônico, devem ser considerados vários fatores. No Antigo Testamento a palavra dos judeus era decisiva, porque a eles lhes foi confiada a Palavra de Deus. Em relação ao Novo Testamento, procura-se uma vinculação do livro com os apóstolos.

Sintetizando, dizemos que, para que um livro seja considerado canônico, deve reunir as seguintes condições:

1- Ser inspirado por Deus: Isto é, deve demonstrar inteiramente sua autoridade divina.

2- Manter a pureza doutrinária: Não pode contradizer outro livro que já esteja incluído no cânon.

3- Ser escrito ou endossado por um profeta ou apóstolo: Isto dependendo que seja do Antigo ou do Novo Testamentos. Por exemplo: Marcos está endossado por Pedro por sua íntima relação mencionada em 1ª Pedro 5.13 e confirmada pela patrística.

4- Ser aceito pelo povo judeu como inspirado, no caso do Antigo Testamento: Assim o ensina Paulo na Carta aos Romanos, quando diz: **“Qual é, pois, a vantagem do judeu?...”**

Muita, sob todos os aspectos. Principalmente porque aos judeus foram confiados os oráculos de Deus” (3.1-2); “São israelitas. Pertence-lhes a adoção, e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas” (9.4), e sabemos pelo Antigo Testamento que à tribo de Levi lhe foi confiado zelar pelos Escritos Sagrados (Deuteronômio 17.18, 31-34).

No caso do Novo Testamento, é muito importante considerar a atitude tomada pela Igreja Primitiva.

O CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

Durante o primeiro século foram escritos os livros do Novo Testamento, que foram enviados a diversos pontos do mundo antigo em forma de cartas ou epístolas. A dificuldade de difusão, própria desta época, fazia com que algumas igrejas duplicassem, em benefício de outras, as cartas apostólicas ou as intercambiassem para serem estudadas por todas as igrejas. O próprio apóstolo Paulo aconselhou aos Colossenses este intercâmbio (Colossenses 4.11).

Juntamente com os escritos inspirados, circulavam muitas cartas falsas que queriam passar por apostólicas, certamente para minar a fé dos santos (2ª Tessalonicenses 2.2; 3.17). Isto obrigava os apóstolos a esmerar-se na identificação do que eles escreviam, acrescentando eles mesmos as saudações.

O Espírito Santo guiou a toda a verdade, de acordo com a promessa do Senhor, e, nos séculos seguintes, recusou-se o material espúrio, aceitou-se o bom, isto é, o inspirado por Deus, e se compilou o Novo Testamento, que foi reconhecido pelos pais da Igreja e por sucessivos concílios, como o de Laodiceia (363 a. D.).

Os 27 livros do Novo Testamento são aceitos por todas as confissões cristãs como sendo a Palavra inspirada de Deus.

O CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO

Como já dissemos, a própria Bíblia diz que a Palavra de Deus foi confiada ao povo de Israel; portanto, é decisiva a opinião do povo judeu quanto à canonicidade dos livros da Antiga Aliança.

A Bíblia hebraica está dividida em três partes, possivelmente para marcar as etapas da canonização. A primeira parte seria a Lei – o Pentateuco – seguida dos Profetas e, finalmente, os “escritos”. O Senhor aceitou esta canonicidade ao declarar: **“Na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos”** (Lucas 24.44).

Os judeus aceitaram sempre como inspirados por Deus os 39 livros do Antigo Testamento, tal como os apresenta a Bíblia traduzida por João Ferreira de Almeida, quer na Versão Atualizada ou na Corrigida, na Fiel ou na Contemporânea.

Em sua literatura, entretanto, indicavam 22 livros, tal como o número das letras do seu alfabeto, pois que ajuntavam alguns livros da seguinte forma:

- | | |
|----------------------|-------------------------------|
| 1- Gênesis | 13- Jó |
| 2- Êxodo | 14- Salmos |
| 3- Levítico | 15- Provérbios |
| 4- Números | 16- Eclesiastes |
| 5- Deuteronômio | 17- Cantares |
| 6- Josué | 18- Isaías |
| 7- Juízes e Rute | 19- Jeremias e
Lamentações |
| 8- 1º e 2º Samuel | 20- Ezequiel |
| 9- 1º e 2º Reis | 21- Daniel |
| 10- 1º e 2º Crônicas | 22- Doze Profetas
Menores |
| 11- Esdras e Neemias | |
| 12- Ester | |

Quanto à inspiração destes livros, todos os judeus estão de acordo e não admitem mais nenhum livro como sendo canônico.

OS APÓCRIFOS

Denomina-se assim um grupo de livros escritos no período intertestamentário. Nesta literatura há alguns livros apocalípticos de caráter esotérico que pretendem ser unicamente para iniciados.

Muitos fazem originar-se daí o termo “apócrifo”, que significa literalmente “ocultos, escondidos, fechados”. Seguramente provém do vocabulário dos gnósticos e de outros heréticos que pretendiam fundamentar-se nos livros “apócrifos”.

Foi Jerônimo (345-419) quem usou pela primeira vez a palavra “apócrifos” para designá-los como sendo “fora do cânon”.

Com o correr do tempo, esta palavra tomou o sentido de “falsos”.

Entre estes livros encontram-se os que a Igreja Católica Romana canonizou no século XVI e que incorporou à Palavra de Deus, outorgando-lhes a mesma autoridade que a revelação divina.

RESENHA HISTÓRICA DO PERÍODO INTERTESTAMENTÁRIO

Quando Malaquias terminou seu trabalho profético, encerrou-se o cânon do Antigo Testamento e a Bíblia não relata o que aconteceu durante os quatrocentos anos que permeiam entre este profeta e a vinda do Senhor Jesus Cristo.

Neste período houve acontecimentos de suma importância que mudaram a fisionomia do mundo conhecido e exerceram uma influência decisiva no povo de Israel.

Após passar do domínio persa, segundo nos contam os livros de Daniel, Esdras e Neemias, eles passaram a fazer parte do império grego-macedônico, ao se alastrarem as conquistas de Alexandre Magno.

Quando este morreu, o seu império desmembrou-se e Israel ficou sob a jurisdição da tetrarquia grego-egípcia, sob os Ptolomeus.

Após 100 anos de dominação egípcia, passaram às mãos duras do império sírio. Então agiu Antíoco Epifanes, um rei que quis helenizar os judeus e lhes impôs reformas extremamente radicais, as quais não foram suportadas pelo povo de Israel, que sentia que seu culto e sua cultura estavam sendo destruídos.

Organizou-se a resistência, agindo como grupo guerrilheiro sob a direção dos Macabeus, que conseguiram reconquistar Jerusalém e o templo.

Finalmente, eles foram subjugados pelos romanos, que consolidaram seu império em torno de todo o Mar Mediterrâneo e impuseram a “pax romana”, que durou até o início do Novo Testamento.

A SEPTUAGINTA

Durante a dominação grego-egípcia, instalou-se na cidade de Alexandria, ao norte da África, uma importante colônia judaica que rapidamente assimilou a cultura grega ao ponto de começarem a perder seu próprio idioma.

Foi ali onde se fez uma tradução dos livros sagrados de Israel para o grego e que passou a ser conhecida como a versão Septuaginta ou dos Setenta.

O nome provém de uma curiosa história que circulou nos primeiros séculos sobre sua origem. Dizem que a tradução foi feita por 72 sábios que o sumo sacerdote Eleazar enviou de Jerusalém. Foi feita a pedido de Ptolomeu Filadelfo (283-246), o qual a queria para a Biblioteca do Museu de Alexandria. A tradução, segundo esta história, foi feita pelos sábios em 72 dias e daí tomou seu nome.

Esta história, de cuja veracidade se têm sérias dúvidas atualmente, está na “Carta de Aristéas” e é repetida pelos estudiosos judeus Filon e Josefo e também por alguns pais da Igreja, como Irineu, Clemente de Alexandria e Jerônimo.

Na mesma cidade de Alexandria foram escritos os livros apócrifos, entre os quais está, com certeza, a maior parte dos que a Igreja Católica Romana canonizou no século XVI.

Os judeus de Alexandria, bem pouco ortodoxos, os adicionaram à sua versão grega da Bíblia, possivelmente para terem um compêndio cultural e com o propósito de deixá-los como testemunho na Biblioteca dos Ptolomeus.

Mas nunca consideraram estes livros como Palavra de Deus, nem lhes concederam autoridade profética.

Filon, o filósofo judeu de Alexandria (20 a. C. - 50 d. C.) deixou uma relação dos escritos sagrados e nela não incluiu os apócrifos. Sua palavra é muito importante, pois que encarna o pensamento judeu-helenista na mesma cidade onde os apócrifos foram escritos.

Além disso, a maior parte do povo judeu residente na Palestina mantinha-se fiel aos 22 livros mencionados anteriormente e eram os únicos que admitiam como canônicos.

Flávio Josefo, historiador judeu (38-100 a. D.) em seu livro “Contra Apion”, afirma que os judeus se baseiam nos 22 livros inspirados por Deus e que os demais livros escritos careciam de autoridade profética para os israelitas.

Finalmente, os rabinos judeus se reuniram entre os anos 90 e 118 a. D. no conhecido Sinodo de Jamnia e discutiram o cânon hebreu, mantendo que os livros inspirados são os 22, segundo o seu alfabeto. E nem sequer discutiram a canonicidade dos livros

que conhecemos como apócrifos; para eles, era fato consumado a falta de inspiração dos tais.

SUMÁRIO DOS LIVROS APÓCRIFOS

Como já dissemos, denomina-se de apócrifos um grupo profuso de livros produzidos principalmente no período intertestamentário. O presente resumo considera apenas os acrescentados à Bíblia pela Igreja Católica, e que são:

- 1- Tobias
- 2- Judite
- 3- Sabedoria
- 4- Eclesiástico
- 5- Baruque
- 6- 1º Macabeus
- 7- 2º Macabeus.

Além destes livros, a Igreja Católica ainda fez algumas adições a alguns livros canônicos: diversos acréscimos ao livro de Ester e, ao livro de Daniel três acréscimos: Canto dos Três Jovens Hebreus, História da Casta Susana e Bel e o Dragão.

Eis um resumo deles:

Tobias: É uma história romântica que relata como Tobit foi recompensado por enterrar um morto e como seu filho Tobias viaja à Média, acompanhado pelo anjo Rafael em forma de homem e que o ajuda a realizar dois milagres; termina casando-se com Sara, mulher que tinha sido atormentada por um demônio ao qual Tobias afugentava com as entranhas de um peixe.

Judite: É uma novela histórica na qual uma judia (na qual se vê refletido o espírito judeu) chamada Judite, viúva, da cidade de Betúlia, seduz e assassina o general invasor Holofernes utilizando sua astúcia.

Sabedoria: É o escrito mais destacado de entre os apócrifos, de elevado ensino moral e que trata especialmente do tema das conseqüências dos nossos atos e da necessidade da idolatria.

Eclesiástico: É um livro semelhante a Sabedoria, mas com uma destacada inclinação saduceia. Apresenta conselhos para a

vida diária e enfatiza o valor das esmolas e das boas obras para o perdão dos pecados.

Baruque: É um livro composto no primeiro século da era cristã e contém um arrazoado contra a idolatria. Pretende ser escrito por Baruque, o escrevente de Jeremias. Os eruditos católicos dizem que isto – que está afirmado no primeiro versículo do livro – é falso.

Macabeus: São dois livros de história que pretendem sintetizar outros cinco. Referem-se às guerras de que a família dos Macabeus participou para manter livre o Templo e a cidade de Jerusalém. A primeira parte pode ser aceita como história. A segunda é mais épica, mas menos aceita do ponto de vista histórico.

Adições a Ester: É um material suplementar ao livro canônico, contendo decretos e orações mencionados no livro. Parecem querer frisar o conteúdo religioso da narração. Em muitas edições católicas está intercalado o texto apócrifo entre o texto canônico.

Adições a Daniel: O Cântico dos Três Jovens pretende ser o que Sadraque, Mesaque e Abede-Nego entoaram na fornalha. A Casta Susana relata como Daniel defende uma mulher condenada à morte por testemunho falso e as Histórias de Bel e o Dragão contam a luta de Daniel contra a idolatria.

PROVAS DA NÃO-CANONICIDADE DOS APÓCRIFOS

Baseando-nos nas provas de canonicidade já mencionadas anteriormente, vamos fazer algumas considerações:

1- Nenhum destes livros foi escrito e nem está endossado por um profeta ou por um apóstolo. Recordemos que foram escritos no período de silêncio profético. Nem os autores católicos lhes atribuem autoridade profética.

Serafim de Ausejo, em suas notas e comentários da Bíblia, de edição católica, diz a respeito de Tobias: “Este livro não existe na Bíblia hebraica”... “O maior problema em relação a este livro é saber se temos uma história verdadeira ou uma espécie de novela”. Admite também que Judite não está na Bíblia hebraica e o mesmo diz a respeito de Baruque e de Macabeus. De Eclesiástico admite que “nunca foi lido numa sinagoga judaica” e mui claramente diz do livro de Sabedoria: “Não figura no cânon hebreu dos livros sagrados”.

Assim, pois, deixa bem claro que o povo de Israel não lhe dava autoridade de Palavra de Deus, por, entre outras coisas, faltar-lhe autoridade profética.

2- Muitas das doutrinas que apresentam estes livros são contrárias às doutrinas sustentadas por outros livros canônicos. Em Efésios 2, o apóstolo Paulo claramente sustenta o princípio da salvação pela fé, invalidando as obras para receber o perdão dos pecados. Isto está em concordância com toda a doutrina bíblica.

No entanto, Eclesiástico diz:

- a) “O que honra a seus pais, consegue o perdão dos pecados”;
- b) “A esmola do pai não será esquecida; será tida em conta para pagar teus pecados”;
- c) “A água apaga o fogo ardente e a esmola expia o pecado”.

Diante disto, temos uma contradição tão clara que nenhuma manobra exegética pode chegar a conciliar a fundamental doutrina da salvação pela fé no sangue de Jesus Cristo com a suposta salvação pelas esmolas e pelas boas obras.

3- Mostram uma tendência aos ritos esotéricos e pagãos. Isto demonstra um espírito de superstição que não é encontrado na Bíblia canônica.

Tobias diz: “Espalha teu pão sobre o túmulo dos justos”, fazendo uma clara menção a um culto pagão tributado aos mortos.

A seriedade e a unção com que o Senhor tratou o problema dos endemoninhados contrasta notavelmente com a maneira com que Rafael ensina a Tobias como deve afugentá-los:

- a) “Se um homem ou uma mulher tem ataques de um demônio ou de um espírito mau, queimem-se diante dele o coração ou o fígado de um peixe, e não terá mais ataques”;
- b) “Quando fores entrar no quarto, pega um pouco do fígado e do coração do peixe e joga-o no braseiro de incenso. Assim que o cheiro se espalhar e que o demônio o cheirar, fugirá e não voltará mais”.

Não é de estranhar que a influência grega transmitisse muito da religião pagã aos judeus-helênicos, principalmente em relação aos mortos.

Macabeus diz a respeito:

“Se não esperasse pela ressurreição dos caídos, seria inútil e ridículo rezar pelos mortos. Mas, considerando que, aos que tinham morrido piedosamente, lhes está reservado um magnífico prêmio, a idéia é piedosa e santa, por isso fez uma expiação pelos caídos, para que fossem libertados dos pecados”.

Como harmonizar esta passagem com a Palavra de Deus, na qual o Espírito afirma: **“Aos homens está ordenado morrerem uma só vez e, depois disto, o juízo”** (Hebreus 9.27)?

4- Apresentam contradições e erros graves. Cipriano de Valera mencionou em seu prefácio da Bíblia em espanhol, em 1602, estas contradições:

a) No livro de Macabeus encontramos três maneiras diferentes pelas quais Antíoco teria morrido:

a1) 1º Macabeus 6.8-16: Antíoco morreu em Babilônia de dor e de tristeza;

a2) 2º Macabeus 1.16: “Foi morto pelos sacerdotes no Templo de Nanéia”;

a3) 2º Macabeus 9.28: Morreu miseravelmente peregrinando entre os montes e indo contra a Judéia.

b) No começo do livro de Judite afirma-se que Nabucodonosor era rei de Nínive. A Bíblia Católica de Jerusalém em sua nota de rodapé diz: “Nabucodonosor nunca foi chamado rei dos assírios, nem reinou em Nínive”.

Estas contradições indicam ser uma obra humana e desvirtuam todo intento de atribuí-la ao Espírito Santo.

5- Falta autoridade de Deus nos livros. O autor de Macabeus diz:

“Considerando a grande quantidade de números e o aborrecimento que a abundância de matéria causa nos que querem tomar conhecimento das narrativas históricas, temos procurado oferecer entretenimento aos que se contentam com uma simples leitura”.

Nunca um profeta de Deus se atreveria a dizer que a Palavra que Deus lhe inspira é escrita para entretenimento. E, ao finalizar seu livro, o autor de Macabeus comenta:

“Se tenho conseguido deixá-la bem escrita e construída, era isto que eu queria. Se tem saído corriqueira e medíocre tenho feito o melhor que eu podia”.

Esta afirmação indica claramente a origem humana do livro.

6- Não foram aceitos pelos judeus nem pelos pais da Igreja como inspirados. São Jerônimo disse: “A Igreja ignora os livros apócrifos; portanto, aos livros dos hebreus nos devemos ater, dos quais o Senhor falou e dos quais Seus discípulos tomaram exemplo. Tudo quanto não está naqueles livros hebreus deve ser deixado de lado”.

O testemunho de Jerônimo é importante, uma vez que foi ele o tradutor da Bíblia para o latim, comumente chamada “A Vulgata” e que chegou a ser a versão oficial da Igreja Católica e aceita pelo Concílio de Trento.

Jerônimo tinha começado a traduzir a Septuaginta, mas convenceu-se que os resultados de sua tradução teriam muito a desejar e, por isso, aperfeiçoou seu hebraico para poder fazer uma tradução mais precisa.

O professor F. F. Bruce diz: “O pobre conceito que Jerônimo tinha dos livros apócrifos do Antigo Testamento fez com que quase os deixasse de lado, quando não os ignorou por completo, como o provam suas paráfrases livres de um texto aramaico de Tobias e de Judite”.

Agostinho de Hipona é citado por muitos católicos por ter mencionado os apócrifos entre os livros canônicos. Embora seja verdade que a exceção apenas confirma a regra, convém recordar que seu pensamento a respeito foi evoluindo. Escrevendo contra Gaudioso, disse: “Os judeus não receberam os livros dos Macabeus como receberam os da Lei, dos Salmos e dos Profetas, livros dos quais nosso Senhor deu testemunho”. Na “Cidade de Deus”, afirma que Judite “nunca foi admitido no cânon judeu”. Em suas “Retratações” diz: “Não agi direito chamando de profético o livro de Eclesiástico, pois não está claro” e do livro da Sabedoria diz que “os judeus não o admitem como autoridade canônica”.

Entre os pais da Igreja que fizeram catálogos dos livros inspirados estão Atanásio, Cirilo, Epifânio, Anfilóquio, Rufino e até Orígenes, os quais não os mencionam dentro do cânon. Também se pronunciaram a favor apenas dos 39 livros do Antigo Testamento Méilton de Sardes, Tertuliano e Hilário de Poitiers. O Sinodo de Laodiceia proibiu a leitura dos apócrifos na igreja.

7- Não foram mencionados pelo Senhor e nem pelos apóstolos como Palavra de Deus. É evidente que os apóstolos utilizavam em suas citações a versão dos Setenta e muitos eruditos católicos pensam que só o fato de terem usado esta versão canonizava os apócrifos. Entretanto, esqueceram que nunca o Senhor ou os apóstolos mencionaram estes livros como

Palavra de Deus. Eles, como judeus, sabiam muito bem o lugar que tais livros ocupavam na literatura hebraica.

Creemos que estes testemunhos são mais do que concluintes para deixar bem clara sua falta de canonicidade.

INCLUSÃO DOS APÓCRIFOS COMO DEUTEROCANÔNICOS PELO CONCÍLIO DE TRENTO

O fato de não serem inspirados por Deus não tira aos apócrifos seu valor literário ou histórico. Foi assim que eles foram conservados durante muitos anos e lidos como livros de interesse geral pelos estudiosos bíblicos.

O fenômeno produzido pelo Espírito Santo nos séculos XV e XVI coordena dois elementos decisivos: A imprensa, que põe a Bíblia ao alcance do povo, e os movimentos reformistas dentro da Igreja Católica.

A Palavra de Deus tem poder em si mesma e é a espada do Espírito. Por isso, muitos corações foram comovidos vendo a corrupção em que se encontrava o papado e o clero, como também os profundos desvios da doutrina bíblica na celebração do culto aos mortos, na venda das indulgências para o perdão de pecados, no purgatório, etc.

Destaquemos, no entanto, que os reformadores editaram os apócrifos entre os dois Testamentos, com referências concluintes acerca de sua falta de inspiração, baseando-se no reconhecimento que neste sentido tinham feito os judeus, os pais da Igreja e os teólogos católicos, entre os quais se tinham formado muitos deles.

A Igreja Católica reagiu frente a isto e celebrou um Concílio bastante acidentado que passou à história com o nome de Concílio de Trento (1545-1563, com duas interrupções).

Astutamente, decidiram “canonizar” os livros apócrifos, os únicos nos quais poderiam ter alguma base para os seus desvios doutrinários e também para acentuar a divisão entre católicos e protestantes. Foi assim que os declararam “sagrados canônicos”.

É claro que nenhum protestante teve vez para discutir a decisão tomada pelo Concílio. Guilherme de Orange disse a um bispo romano: “Roma nos obriga a disputar com quatro doutores papais: água, fogo, espada e força”.

Apesar de apenas os católicos estarem considerando o assunto, a decisão não foi fácil. Muitos eruditos se opuseram, porque a influência de Jerônimo era mui grande. São Gregório Magno tinha rejeitado os apócrifos e os cardeais Francisco Gimenes e De Vio Caetano tinham ensinado claramente qual era o cânon judaico. Rufino tinha dito: “É necessário saber que há outros livros que não são canônicos: A Sabedoria de Salomão, o livro de Siraque, o de Tobias, o de Judite e os dos Macabeus”. Epifânio disse: “Certamente, são úteis, mas, apesar dito, não se encontram entre os livros canônicos”.

A todos estes testemunhos da Antiguidade e do passado mais recente, considere-se a posição sustentada pela Igreja Católica sobre estes livros antes da Reforma Protestante.

Cipriano de Valera deixa seu testemunho a respeito do Cardeal Caetano, tomista, o qual o papa enviou à Alemanha, devido à sua erudição, para enfrentar Lutero, e que, ao finalizar seus comentários do Antigo Testamento, disse: “Aqui terminamos os comentários dos livros históricos do Antigo Testamento porque os outros livros São Jerônimo não os considera entre os canônicos, mas entre os apócrifos”.

Apesar disto, a necessidade de afirmar algo, fez com que sua autoridade vencesse todos os prejuízos e os canonizaram.

Sixto de Siena, em 1569, chamou estes livros de “deuterocanônicos”, ou do segundo cânon, e a Igreja Católica sustenta que têm sido canonizados em segundo lugar, mas que têm o mesmo valor que os outros inspirados por Deus.

Agindo assim, incorreram numa contradição irremediável: Admitem que o segundo cânon se encerra aproximadamente no século III, mas encerram o cânon do Antigo Testamento – sombra do que estava para vir – no século XVI.

HISTÓRIA POSTERIOR

Como temos visto, os judeus, o Senhor e os apóstolos os rejeitaram. Assim também os pais da Igreja e os eruditos católicos até ao Concílio de Trento.

No entanto, os conservavam como de leitura útil, advertindo que não eram inspirados por Deus.

Martinho Lutero, em sua introdução à Bíblia alemã, os qualificou de apócrifos e disse: “Não se equiparam com os das Santas Escrituras”.

Cipriano de Valera, em seu prefácio à Bíblia que traduziu, diz: “Nossos adversários... admitem, não considerando os que os antigos hebreus, gregos e latinos nem do que muitos latinos modernos determinam, outros livros como canônicos aos quais dão a mesma autoridade e crédito que àqueles que são verdadeiramente canônicos”.

Em 1826, por razões doutrinárias, segundo afirmou a Sociedade Bíblica que os imprimia, decidiram descontinuar a sua impressão juntamente com os canônicos. Foi o último grande triunfo da Reforma sobre o texto bíblico.

O Concílio Vaticano II quebrou uma tradição de séculos entre os católicos, promovendo a leitura das Sagradas Escrituras. Pensamos que o Espírito Santo pode agir por este intermédio para que muitos católicos cheguem à fé em Jesus Cristo.

Uma Sociedade Bíblica, em 1979/1980, fez circular uma Bíblia com os apócrifos, aos quais chamam de “deuterocanônicos”, com o intuito de atingir o mercado católico.

Esta atitude, ao misturar a verdade com o erro, pretende dar marcha a ré à obra de preservação da Palavra que o Espírito Santo tem feito.

CONCLUSÃO

A Bíblia diz: “As Tuas palavras são em tudo verdade desde o princípio, e cada um dos Teus justos juízos dura para sempre” (Salmo 119.160). “Toda Palavra de Deus é pura; Ele é escudo para os que nEle confiam. Nada acrescentes às Suas palavras, para que não te repreenda e sejas achado mentiroso” (Provérbios 30.5-6).

Muitas vezes levantam-se atualmente para defender as Sagradas Escrituras. E seria muito bom se esta mesma preocupação atual para defendê-la fosse uma preocupação constante em conhecê-la, obedecê-la e difundi-la.

